v7.n11.2026

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

CONHECIMENTO EM PSICOFARMACOLOGIA NA PRÁTICA CLÍNICA DO PSICÓLOGO: CONTRIBUIÇÕES PARA O ACOMPANHAMENTO DE PACIENTES EM TRATAMENTO MEDICAMENTOSO

PSYCHOPHARMACOLOGICAL KNOWLEDGE IN CLINICAL PSYCHOLOGY PRACTICE: CONTRIBUTIONS TO THE CARE OF PATIENTS RECEIVING PSYCHOTROPIC MEDICATION

CONOCIMIENTO EN PSICOFARMACOLOGÍA EN LA PRÁCTICA CLÍNICA DEL PSICÓLOGO: CONTRIBUCIONES AL ACOMPAÑAMIENTO DE PACIENTES EN TRATAMIENTO FARMACOLÓGICO

Francisco Luis Farias Monteiro[1]Antônio José de Souza da Silva[2]

e7119331
https://doi.org/10.47820/recima21.v7i11.9331

PUBLICADO: 11/2026

RESUMO

A psicofarmacologia constitui uma área de conhecimento relevante para a prática clínica do psicólogo, especialmente no acompanhamento de pacientes em tratamento medicamentoso para transtornos mentais. Embora a prescrição e as decisões farmacológicas não integrem as atribuições profissionais do psicólogo no Brasil, o conhecimento sobre psicofármacos pode contribuir para a compreensão das manifestações clínicas e para a atuação interdisciplinar em saúde mental. Este estudo tem como objetivo analisar a importância do conhecimento em psicofarmacologia para a prática clínica do psicólogo, destacando suas contribuições para o acompanhamento psicológico de pacientes em tratamento medicamentoso. Trata-se de uma revisão de literatura, de caráter qualitativo e abordagem descritiva, fundamentada em publicações científicas relacionadas à psicofarmacologia, à Psicologia Clínica, ao tratamento dos transtornos mentais e à atuação interdisciplinar. A análise da literatura identificou contribuições do conhecimento psicofarmacológico para a interpretação de manifestações clínicas, o reconhecimento de possíveis efeitos adversos, a comunicação interdisciplinar e o acompanhamento psicológico de pacientes em tratamento medicamentoso. Os estudos analisados também ressaltam a importância de distinguir a observação de alterações emocionais e comportamentais da atribuição definitiva de causalidade aos medicamentos, bem como de respeitar os limites éticos e profissionais de cada área. Conclui-se que o conhecimento em psicofarmacologia pode ampliar a compreensão clínica do psicólogo e favorecer o diálogo com os profissionais prescritores, sem substituir a avaliação médica ou conferir atribuições prescritivas.

PALAVRAS-CHAVE: Psicofarmacologia. Psicologia Clínica. Psicoterapia. Psicofármacos. Saúde Mental.

ABSTRACT

Psychopharmacology is a relevant area of knowledge for clinical psychology practice, particularly in the care of patients receiving medication for mental disorders. Although prescribing and making pharmacological decisions are not within the professional scope of psychologists in Brazil, knowledge of psychotropic medications may contribute to understanding clinical manifestations and promoting interdisciplinary mental health care. This study aims to analyze the importance of psychopharmacological knowledge in clinical psychology practice, highlighting its contributions to

[1]Graduando em Psicologia pela Faculdade Metropolitana de Manaus (FAMETRO), Polo Parintins, Amazonas, Brasil.
[2]Graduando em Psicologia pela Faculdade Metropolitana de Manaus (FAMETRO), Polo Parintins, Amazonas, Brasil.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

the psychological care of patients receiving medication. It is a qualitative, descriptive literature review based on scientific publications addressing psychopharmacology, clinical psychology, the treatment of mental disorders, and interdisciplinary practice. The literature review identified contributions of psychopharmacological knowledge to the interpretation of clinical manifestations, recognition of potential adverse effects, interdisciplinary communication, and psychological care for patients receiving medication. The analyzed studies also emphasize the importance of distinguishing the observation of emotional and behavioral changes from the definitive attribution of causality to medications, while respecting the ethical and professional boundaries of each field. It is concluded that psychopharmacological knowledge can broaden psychologists' clinical understanding and facilitate communication with prescribing professionals, without replacing medical assessment or granting psychologists prescribing authority.

KEYWORDS: *Psychopharmacology. Clinical Psychology. Psychotherapy. Psychotropic Drugs. Mental Health.*

RESUMEN
La psicofarmacología constituye un área de conocimiento relevante para la práctica clínica del psicólogo, especialmente en el acompañamiento de pacientes que reciben tratamiento farmacológico para trastornos mentales. Aunque la prescripción y las decisiones farmacológicas no forman parte de las competencias profesionales del psicólogo en Brasil, el conocimiento sobre los psicofármacos puede contribuir a la comprensión de las manifestaciones clínicas y a la atención interdisciplinaria en salud mental. Este estudio tiene como objetivo analizar la importancia del conocimiento en psicofarmacología para la práctica clínica del psicólogo, destacando sus contribuciones al acompañamiento psicológico de pacientes en tratamiento farmacológico. Se trata de una revisión bibliográfica de carácter cualitativo y enfoque descriptivo, fundamentada en publicaciones científicas relacionadas con la psicofarmacología, la Psicología Clínica, el tratamiento de los trastornos mentales y la actuación interdisciplinaria. El análisis de la literatura identificó contribuciones del conocimiento psicofarmacológico para la interpretación de manifestaciones clínicas, el reconocimiento de posibles efectos adversos, la comunicación interdisciplinaria y el acompañamiento psicológico de pacientes en tratamiento farmacológico. Los estudios analizados también destacan la importancia de distinguir la observación de cambios emocionales y conductuales de la atribución definitiva de causalidad a los medicamentos, respetando los límites éticos y profesionales de cada área. Se concluye que el conocimiento en psicofarmacología puede ampliar la comprensión clínica del psicólogo y favorecer la comunicación con los profesionales prescriptores, sin sustituir la evaluación médica ni conferir competencias para prescribir medicamentos.

PALABRAS CLAVE: *Psicofarmacología. Psicología Clínica. Psicoterapia. Psicofármacos. Salud Mental.*

1. INTRODUÇÃO

A psicofarmacologia constitui uma área de conhecimento de grande importância para a compreensão do tratamento dos transtornos mentais, uma vez que os medicamentos psicotrópicos podem produzir efeitos terapêuticos e adversos com repercussões sobre o comportamento, o sono, a motivação e a experiência subjetiva dos pacientes. Na prática clínica, o psicólogo pode acompanhar pessoas submetidas a tratamentos medicamentosos e precisa considerar esse contexto na compreensão das manifestações psicológicas, sem assumir

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

atribuições próprias dos profissionais responsáveis pela farmacoterapia (Stahl, 2021; Brunton; Knollmann, 2023; Tomba; Guidi; Fava, 2018).

O conhecimento psicofarmacológico pode contribuir para a formulação clínica, para a identificação de mudanças emocionais e comportamentais que mereçam atenção e para a comunicação com os demais profissionais envolvidos no cuidado. Aston *et al*. (2021), em estudo realizado no Reino Unido, investigaram como psicólogos consideravam os medicamentos em sua prática profissional, identificando formas de participação relacionadas à discussão dos efeitos percebidos, à compreensão clínica e à comunicação com profissionais prescritores. Esses achados evidenciam a pertinência do tema, embora sua aplicação ao contexto brasileiro deva considerar as diferenças entre os sistemas profissionais e regulatórios.

Apesar da relevância profissional do assunto, permanece necessário organizar criticamente as contribuições da literatura, distinguindo os conhecimentos que auxiliam o acompanhamento psicológico das decisões clínicas relativas à indicação, à alteração ou à suspensão de medicamentos. Essa distinção é especialmente importante porque o reconhecimento de possíveis efeitos adversos durante a psicoterapia não equivale à confirmação de sua causa farmacológica. No Brasil, a atuação do psicólogo deve observar a legislação profissional e os princípios éticos da profissão, preservando os limites de competência e a articulação com os profissionais habilitados para conduzir o tratamento medicamentoso (Brasil, 1962; Conselho Federal de Psicologia, 2005; Tomba; Guidi; Fava, 2018).

A relevância acadêmica desta revisão consiste em reunir e comparar contribuições de publicações sobre psicofarmacologia, acompanhamento psicológico e colaboração interdisciplinar, destacando possibilidades de aplicação clínica e limites das evidências disponíveis. Nesse sentido, o problema de pesquisa é expresso pela seguinte questão: de que maneira o conhecimento em psicofarmacologia pode contribuir para a prática clínica do psicólogo no acompanhamento de pacientes em tratamento medicamentoso, respeitando os limites éticos e profissionais da atuação psicológica? A discussão fundamenta-se na literatura científica e em documentos pertinentes à delimitação profissional, sem pressupor a existência de efeitos clínicos que não tenham sido demonstrados pelas fontes analisadas (Fava; Tomba; Bech, 2017; Tomba; Guidi; Fava, 2018; Aston *et al*., 2021).

O objetivo geral deste estudo é analisar a importância do conhecimento em psicofarmacologia para a prática clínica do psicólogo, destacando suas contribuições para o acompanhamento psicológico de pacientes em tratamento medicamentoso. Especificamente, busca-se apresentar conceitos fundamentais da psicofarmacologia relacionados à prática clínica; discutir possíveis repercussões dos psicofármacos sobre o comportamento e o funcionamento

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

psicológico; analisar a importância da comunicação entre psicólogo, paciente e demais profissionais envolvidos no tratamento; e refletir sobre os limites éticos e profissionais da atuação psicológica diante da farmacoterapia (Tomba; Guidi; Fava, 2018; Aston *et al*., 2021; Conselho Federal de Psicologia, 2005).

Para alcançar esses objetivos, realizou-se uma revisão de literatura, de abordagem qualitativa e caráter descritivo, com consultas ao Google Acadêmico, à SciELO, ao PubMed e ao Portal de Periódicos da CAPES, entre março e setembro de 2026. O material selecionado foi interpretado qualitativamente, considerando temas relacionados aos efeitos dos psicofármacos, ao acompanhamento psicológico, à relação terapêutica, à adesão ao tratamento, à colaboração interdisciplinar e aos limites éticos da profissão. Os procedimentos de busca, os critérios de seleção e as limitações da revisão são detalhados na seção metodológica.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Psicofarmacologia e sua interface com a Psicologia Clínica

A psicofarmacologia estuda as ações dos medicamentos sobre o sistema nervoso e suas repercussões nos sintomas, no comportamento e no funcionamento psicológico. Na prática clínica, propõe integrar o conhecimento farmacológico à compreensão das características psicológicas e contextuais do paciente, considerando os benefícios terapêuticos, os possíveis efeitos adversos e a experiência subjetiva diante do tratamento (Fava; Tomba; Bech, 2017). Tomba, Guidi e Fava (2018) destacam que o conhecimento sobre psicofármacos pode auxiliar o psicólogo a compreender mudanças observadas durante o acompanhamento, evitando atribuí-las exclusivamente ao transtorno apresentado.

A atuação dos psicólogos junto a pacientes que utilizam medicamentos também envolve a observação de possíveis repercussões clínicas e a comunicação com os profissionais responsáveis pela farmacoterapia. Em estudo realizado no Reino Unido, Aston *et al*. (2021) investigaram 147 psicólogos por meio de questionário on-line e realizaram entrevistas com 11 participantes. Os resultados apontaram diferentes formas de participação no acompanhamento de pacientes medicados, incluindo a discussão sobre efeitos percebidos, a consideração dos medicamentos na formulação clínica e a comunicação com profissionais prescritores. Esses achados reforçam a relevância do conhecimento psicofarmacológico como competência complementar à prática psicológica, sem implicar autorização para prescrever ou modificar medicamentos.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

2.2. Principais classes de psicofármacos utilizadas no tratamento dos transtornos mentais

Os psicofármacos compreendem diferentes classes de medicamentos, cuja utilização depende do quadro clínico, das características individuais e da avaliação dos benefícios e riscos do tratamento. Entre as principais classes estão os antidepressivos, antipsicóticos, estabilizadores do humor e ansiolíticos. Embora apresentem mecanismos de ação distintos, alguns medicamentos possuem indicações clínicas variadas, o que exige considerar o contexto de uso e as particularidades de cada paciente (Robinson, 2018; Stahl, 2021).

Os antidepressivos são utilizados no tratamento da depressão e de determinados transtornos de ansiedade. Entre seus grupos estão os inibidores seletivos da recaptação de serotonina (ISRS), os inibidores da recaptação de serotonina e noradrenalina (IRSN) e os antidepressivos tricíclicos. A escolha deve considerar a condição clínica, a resposta terapêutica e os possíveis efeitos adversos (World Health Organization, 2023; Garakani *et al*., 2021).

Os antipsicóticos são empregados principalmente no tratamento de transtornos psicóticos, incluindo a esquizofrenia, e alguns também são utilizados em transtornos do humor. As diferenças entre os medicamentos envolvem seus mecanismos de ação e perfis de efeitos adversos. A escolha e o acompanhamento devem considerar a efetividade, os riscos e as características individuais do paciente (World Health Organization, 2023).

Os estabilizadores do humor, como lítio, carbamazepina e valproato, são utilizados no tratamento do transtorno bipolar. Já os ansiolíticos são empregados em situações específicas de ansiedade, conforme avaliação clínica. Em ambas as classes, os benefícios precisam ser considerados em conjunto com os possíveis efeitos adversos e as necessidades individuais do paciente (World Health Organization, 2023).

2.3. A importância do conhecimento psicofarmacológico para o psicólogo clínico

A formação em Psicologia deve preparar o profissional para compreender os fenômenos psicológicos em diferentes contextos de saúde, reconhecendo suas competências e limitações. As Diretrizes Curriculares Nacionais destacam a importância do domínio dos conhecimentos psicológicos, da atuação profissional responsável e da educação permanente (Brasil, 2023). Nesse contexto, o conhecimento em psicofarmacologia representa uma competência complementar à formação clínica, sem substituir os conhecimentos específicos da Psicologia.

Tomba, Guidi e Fava (2018) observam que psicólogos clínicos podem apresentar familiaridade limitada com a psicofarmacologia, embora acompanhem pacientes que utilizam medicamentos psicotrópicos. Esse conhecimento pode ajudar o profissional a considerar possíveis efeitos dos medicamentos ao compreender mudanças no comportamento, no sono, na

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

motivação e na experiência subjetiva do paciente, evitando atribuí-las automaticamente ao transtorno mental (Tomba; Guidi; Fava, 2018).

A formação continuada também é relevante para o acompanhamento de pacientes em tratamento medicamentoso. As diretrizes da American Psychological Association distinguem diferentes níveis de envolvimento dos psicólogos com questões farmacológicas e ressaltam a necessidade de formação compatível com as funções exercidas (American Psychological Association, 2011). Essas orientações internacionais, contudo, devem ser interpretadas à luz das normas brasileiras, não constituindo autorização para que psicólogos prescrevam ou alterem medicamentos.

Na prática clínica, o psicólogo pode investigar a experiência do paciente com a medicação, observar mudanças relevantes e compartilhar informações pertinentes com o profissional responsável pela farmacoterapia. Esse trabalho colaborativo contribui para integrar as perspectivas psicológica e farmacológica, respeitando as atribuições de cada profissão e sua especificidade (Aston *et al*., 2021; Brasil, 1962).

2.4. Efeitos terapêuticos e efeitos adversos dos psicofármacos e suas repercussões no processo psicoterapêutico

Os psicofármacos podem reduzir sintomas e favorecer a evolução clínica, mas seus resultados variam conforme as características do paciente, o medicamento utilizado, a dose e a duração do tratamento. Por isso, a avaliação da farmacoterapia deve considerar conjuntamente os benefícios terapêuticos, a tolerabilidade e os possíveis riscos (Stahl, 2021; World Health Organization, 2023).

Os efeitos adversos podem afetar a qualidade de vida, o funcionamento cotidiano e a continuidade do tratamento. Estudos sobre antidepressivos e antipsicóticos identificam diferentes perfis de efeitos indesejados, incluindo sedação, alterações do peso corporal, disfunções sexuais e repercussões metabólicas e cardiovasculares. Essas diferenças reforçam a importância de considerar a experiência individual do paciente durante o tratamento (Pillinger *et al*., 2023; Gosmann *et al*., 2023).

As repercussões metabólicas merecem atenção, pois determinados psicofármacos podem estar associados a alterações que ultrapassam os sintomas psiquiátricos e afetam a saúde física. Revisões da literatura identificaram alterações metabólicas relacionadas a diferentes medicamentos, incluindo mudanças no peso corporal e no metabolismo da glicose, evidenciando a importância do acompanhamento clínico adequado (Sepúlveda-Lizcano *et al*., 2023; Pillinger *et al*., 2023).

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

2.5. Psicofármacos, comportamento e funcionamento psicológico do paciente

O uso de psicofármacos pode repercutir sobre o humor, a ansiedade, o sono, a energia, a motivação, a cognição e o comportamento. Durante a psicoterapia, essas mudanças precisam ser compreendidas considerando tanto a evolução do quadro psicológico quanto a possível influência do tratamento medicamentoso. A farmacopsicologia clínica propõe integrar esses aspectos para ampliar a compreensão da experiência do paciente (Fava; Tomba; Bech, 2017).

A interpretação clínica dessas mudanças exige cautela, pois manifestações como alterações no sono, na disposição e na atenção não podem ser atribuídas automaticamente aos medicamentos. Elas também podem estar relacionadas ao transtorno mental, a condições médicas ou a fatores psicossociais. O conhecimento psicofarmacológico auxilia o psicólogo a formular hipóteses mais cuidadosas e, quando necessário, comunicar suas observações ao profissional responsável pela farmacoterapia (Tomba; Guidi; Fava, 2018; Fava; Tomba; Bech, 2017).

Nesse contexto, o psicólogo pode investigar como o paciente percebe as mudanças ocorridas durante o tratamento e de que maneira elas interferem em sua rotina e no processo psicoterapêutico. Essa compreensão contribui para uma escuta clínica mais qualificada e para a articulação com outros profissionais, respeitando os limites de atuação da Psicologia (Aston *et al*., 2021; Tomba; Guidi; Fava, 2018).

2.6. A relação terapêutica com pacientes em tratamento medicamentoso

A relação terapêutica assume importância particular quando o paciente utiliza psicofármacos, pois o tratamento pode envolver expectativas de melhora, receios quanto aos efeitos adversos e experiências anteriores com medicamentos. Compreender esses aspectos exige considerar a interação entre os efeitos farmacológicos e as variáveis psicológicas e contextuais do paciente, valorizando a escuta clínica durante a psicoterapia (Fava; Tomba; Bech, 2017; Tomba; Guidi; Fava, 2018).

Nesse contexto, o psicólogo pode oferecer um espaço acolhedor para que o paciente expresse dúvidas, preocupações e ambivalências relacionadas à medicação. Essas manifestações devem ser compreendidas no contexto da experiência individual, e não interpretadas automaticamente como resistência ao tratamento ou falta de colaboração (Tomba; Guidi; Fava, 2018).

A comunicação terapêutica também pode favorecer a identificação de dificuldades relacionadas ao uso de medicamentos e, quando necessário, o diálogo com o profissional responsável pela farmacoterapia. As diretrizes da American Psychological Association ressaltam a importância de abordar essas questões respeitando os limites de competência profissional.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Assim, o psicólogo pode acolher e explorar as percepções do paciente, sem recomendar alterações de dose, horário ou interrupção do medicamento (American Psychological Association, 2011).

Portanto, uma relação terapêutica baseada na escuta e no respeito à experiência do paciente pode contribuir para uma compreensão mais ampla do tratamento medicamentoso e favorecer a colaboração entre os profissionais envolvidos no cuidado (Aston *et al.*, 2021; Tomba; Guidi; Fava, 2018).

2.7. Adesão ao tratamento e participação do psicólogo

A adesão ao tratamento medicamentoso é influenciada por fatores individuais, clínicos, sociais e relacionados aos próprios medicamentos e aos serviços de saúde. A não adesão, portanto, não deve ser compreendida apenas como uma decisão individual, pois pode envolver dificuldades de acesso, efeitos adversos, suporte social insuficiente e características do transtorno mental de cada indivíduo (Semahegn *et al.*, 2020).

As crenças, expectativas e preocupações do paciente em relação aos psicofármacos também podem interferir na continuidade do tratamento. Nesse sentido, compreender a experiência subjetiva e as dificuldades relatadas permite abordar a não adesão sem reduzi-la à falta de colaboração. A tomada de decisão compartilhada pode favorecer a participação do paciente, embora seus resultados variem conforme o contexto e as características da intervenção (Cahaya *et al.*, 2022; Chmielowska *et al.*, 2023).

Durante a psicoterapia, o psicólogo pode investigar barreiras psicológicas e comportamentais, acolher dúvidas e explorar as percepções do paciente sobre os benefícios e efeitos indesejados da medicação. A psicoeducação e o acompanhamento dessas dificuldades podem contribuir para que o paciente organize suas questões e as comunique aos profissionais responsáveis pelo tratamento (Cahaya *et al.*, 2022; Tomba; Guidi; Fava, 2018).

A atuação do psicólogo, portanto, deve respeitar a autonomia do paciente e os limites profissionais. Favorecer a adesão não significa pressionar o indivíduo a manter determinada farmacoterapia, prescrever medicamentos ou modificar sua utilização. Quando necessário, as dificuldades identificadas podem ser comunicadas, observados os limites éticos e o consentimento pertinente, ao profissional responsável pela prescrição, contribuindo para a continuidade do cuidado (Aston *et al.*, 2021; Fava; Tomba; Bech, 2017).

2.8. Psicólogo, psiquiatra e atuação interdisciplinar em saúde mental

A atuação interdisciplinar é importante no cuidado em saúde mental, pois permite integrar diferentes perspectivas sobre o sofrimento psíquico e as necessidades do paciente.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Embora Psicologia e Psiquiatria possuam competências próprias, a colaboração entre esses profissionais pode favorecer a coordenação do cuidado e a continuidade do acompanhamento clínico (Leventhal *et al*., 2021; Lim; Chang; Mathur, 2024).

Quando o paciente realiza psicoterapia e tratamento farmacológico simultaneamente, o conhecimento em psicofarmacologia auxilia o psicólogo a compreender possíveis repercussões dos medicamentos sobre o comportamento e a experiência subjetiva. Esse conhecimento contribui para uma comunicação mais qualificada com o profissional responsável pela farmacoterapia, sem substituir suas atribuições (Tomba; Guidi; Fava, 2018).

Alterações no sono, no humor, na ansiedade, na energia ou na cognição podem ter diferentes causas e não devem ser atribuídas automaticamente aos medicamentos. Quando essas mudanças são percebidas durante o acompanhamento, o psicólogo pode registrá-las e, quando pertinente, compartilhá-las com o profissional responsável pelo tratamento. Estudos indicam que essa comunicação integra as diferentes formas de participação dos psicólogos no cuidado de pacientes que utilizam psicofármacos (Aston *et al*., 2021).

A colaboração interdisciplinar pressupõe, portanto, clareza quanto às competências profissionais e respeito à autonomia do paciente. A contribuição do psicólogo consiste em avaliar e intervir nos aspectos psicológicos, acolher as dificuldades relacionadas ao tratamento e favorecer a articulação com a equipe de saúde, sem prescrever, modificar doses ou recomendar a interrupção de medicamentos (Aston *et al*., 2021; Tomba; Guidi; Fava, 2018).

2.9. Limites éticos e profissionais do psicólogo diante da farmacoterapia

O conhecimento em psicofarmacologia pode contribuir para uma prática clínica mais qualificada, desde que sua utilização respeite os limites éticos e profissionais da Psicologia. A legislação brasileira define as atribuições do psicólogo e permite a colaboração em questões relacionadas a outras áreas do conhecimento, sem que isso implique assumir funções próprias de outras profissões (Brasil, 1962).

Conhecer os princípios básicos dos psicofármacos, seus possíveis efeitos e suas repercussões sobre o comportamento não significa assumir o gerenciamento da farmacoterapia. Esse conhecimento auxilia o psicólogo a compreender a experiência do paciente, formular hipóteses clínicas e identificar situações que mereçam discussão com o profissional responsável pelo tratamento medicamentoso (Tomba; Guidi; Fava, 2018).

O Código de Ética Profissional do Psicólogo orienta o encaminhamento de demandas que ultrapassem a competência profissional e determina que, no compartilhamento de informações, sejam transmitidos apenas os dados relevantes para a qualificação do serviço,

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

preservando-se a confidencialidade (Conselho Federal de Psicologia, 2005). Assim, a comunicação com o psiquiatra ou com outros profissionais deve ocorrer de maneira ética, responsável e respeitosa em relação aos direitos do paciente.

Portanto, a atuação do psicólogo diante da farmacoterapia deve concentrar-se na avaliação e intervenção psicológica, na escuta das experiências do paciente e na comunicação de observações clinicamente relevantes à equipe de saúde. Prescrever, alterar doses ou orientar a interrupção de medicamentos não integra essa atuação. O conhecimento psicofarmacológico deve funcionar como recurso complementar para o cuidado interdisciplinar, sem substituir as competências dos profissionais habilitados para conduzir o tratamento medicamentoso (Aston *et al*., 2021; Conselho Federal de Psicologia, 2005).

3. METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma revisão narrativa da literatura, de abordagem qualitativa e caráter descritivo, destinada a analisar as contribuições do conhecimento em psicofarmacologia para a prática clínica do psicólogo no acompanhamento de pacientes em tratamento medicamentoso. Essa modalidade permite reunir e interpretar criticamente publicações pertinentes ao tema, sem pressupor a aplicação de procedimentos próprios de uma revisão sistemática. A análise foi orientada pela questão de pesquisa e pelos objetivos definidos no estudo.

O levantamento bibliográfico foi realizado entre março e setembro de 2026, mediante consultas ao Google Acadêmico, à Scientific Electronic Library Online (SciELO), ao PubMed e ao Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Foram utilizados termos de busca em português e inglês relacionados ao objeto da pesquisa, incluindo “psicofarmacologia”, “psicologia clínica”, “psicofármacos”, “medicamentos psicotrópicos”, “adesão ao tratamento”, “efeitos adversos”, “aliança terapêutica” e “atuação interdisciplinar”, bem como *psychopharmacology*, *clinical psychology*, *psychotropic drugs*, *medication adherence*, *adverse effects*, *therapeutic alliance* e *interprofessional collaboration*. Esses termos orientaram a localização de materiais relacionados à interface entre psicofarmacologia, acompanhamento psicológico e cuidado interdisciplinar em saúde mental.

Foram considerados elegíveis artigos científicos, livros acadêmicos e documentos institucionais ou normativos que apresentassem relação direta com o objetivo da pesquisa. Foram excluídos materiais duplicados, publicações sem pertinência temática e fontes cuja autoria, procedência ou conteúdo não pudessem ser verificados. Não foi estabelecido um limite cronológico rígido para todas as fontes: publicações anteriores a 2017 foram mantidas quando

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

consideradas relevantes para a fundamentação conceitual ou normativa. A seleção foi orientada pela pertinência ao problema de pesquisa, pela relação com os objetivos e pela possibilidade de verificação das informações apresentadas nas fontes.

Após a seleção, o material foi organizado por eixos temáticos e submetido à análise qualitativa e interpretativa. Foram considerados os conteúdos relacionados aos efeitos dos psicofármacos, ao processo psicoterapêutico, à relação terapêutica, à adesão ao tratamento, à comunicação entre profissionais e aos limites éticos e profissionais da atuação do psicólogo. A síntese resultou da comparação crítica das contribuições das publicações, buscando identificar convergências, diferenças de enfoque e implicações para o acompanhamento psicológico. As interpretações foram relacionadas aos documentos normativos pertinentes à profissão, considerando as particularidades do contexto brasileiro e distinguindo a observação de manifestações clínicas das decisões relativas à farmacoterapia.

A pesquisa não envolveu coleta direta de dados com participantes. Como limitações metodológicas, não foi preservado um registro quantitativo completo dos resultados recuperados, dos materiais excluídos e das publicações efetivamente analisadas. Também não foram registradas integralmente as expressões originais de busca, o que impede a reprodução exata do levantamento. Além disso, não foi realizada avaliação formal da qualidade metodológica de todas as publicações incluídas. Por essas razões, os resultados devem ser interpretados como uma síntese narrativa, qualitativa e crítica da literatura consultada, sem pretensão de exaustividade ou de comprovação empírica de efeitos sobre os resultados clínicos dos pacientes.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das publicações selecionadas permitiu organizar as contribuições da literatura em quatro eixos: conhecimento psicofarmacológico na prática clínica; interpretação das manifestações emocionais e comportamentais; efeitos adversos e experiência do paciente; e comunicação interdisciplinar. Em conjunto, as fontes discutem a relevância de compreender a farmacoterapia como parte do contexto clínico, sem confundir essa compreensão com a competência para prescrever ou modificar medicamentos (Fava; Tomba; Bech, 2017; Tomba; Guidi; Fava, 2018; Aston *et al*., 2021).

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Quadro 1. Síntese dos estudos utilizados na discussão

Autores/ano	Objetivo	Delineamento	Contexto analisado	Principais achados	Contribuição para a prática clínica do psicólogo
Fava, Tomba e Bech (2017)	Delimitar os fundamentos e as perspectivas da farmacopsicologia clínica.	Revisão crítica.	Efeitos psicológicos dos medicamentos e interação entre tratamento farmacológico e variáveis psicológicas.	A farmacopsicologia clínica considera benefícios esperados, efeitos indesejáveis, vulnerabilidades associadas ao tratamento e mudanças percebidas pelo paciente.	Oferece uma base conceitual para observar mudanças emocionais, comportamentais e subjetivas durante o tratamento, sem atribuir automaticamente sua causa à medicação.
Tomba, Guidi e Fava (2018)	Discutir os conhecimentos sobre psicofármacos relevantes para psicólogos clínicos.	Artigo de revisão.	Efeitos dos psicotrópicos na apresentação clínica, incluindo efeitos adversos, toxicidade comportamental e possíveis repercussões do uso prolongado.	Os autores destacam que os efeitos dos medicamentos podem influenciar a experiência psicológica e a apresentação clínica, sendo insuficiente considerar apenas seus efeitos terapêuticos esperados.	Reforça a importância de considerar o tratamento medicamentoso na formulação clínica e de investigar alterações relatadas pelo paciente, mantendo os limites de atuação profissional.
Aston *et al.* (2021)	Investigar como psicólogos clínicos se envolvem com o uso de psicofármacos por seus pacientes e como decidem participar.	Estudo de métodos mistos: questionário on-line com 147 psicólogos e entrevistas com 11 participantes.	Psicólogos clínicos do Reino Unido e suas práticas relacionadas à medicação psicotrópica.	Todos os respondentes relataram alguma forma de envolvimento, embora as práticas variassem. Foram identificadas atividades como discutir os efeitos percebidos, fornecer informações e	Sustenta a relevância da comunicação interdisciplinar, da escuta dos relatos sobre a medicação e da clareza quanto aos limites profissionais. Os resultados pertencem ao contexto britânico e não devem ser transpostos automaticamente à regulamentação brasileira.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Autores/ano	Objetivo	Delineamento	Contexto analisado	Principais achados	Contribuição para a prática clínica do psicólogo
				dialogar com prescritores.	
Pillinger *et al.* (2023)	Sintetizar evidências sobre efeitos adversos de antidepressivos e antipsicóticos e desenvolver uma ferramenta digital de apoio à individualização da prescrição.	Revisão sistemática de revisões (umbrella review) e desenvolvimento de ferramenta digital.	Evidências sobre adultos com depressão maior ou esquizofrenia; bases de dados de efeitos adversos e ferramenta de apoio à decisão clínica.	Foram incluídos 14 artigos, com 68 metanálises de efeitos adversos. O estudo evidencia que reduzir o risco de um efeito indesejado pode envolver maior risco de outro, tornando relevante considerar as prioridades individuais.	Ajuda a compreender por que os efeitos adversos e as preocupações individuais devem ser explorados no acompanhamento psicológico e, quando pertinente, comunicados ao profissional prescritor. A ferramenta estudada não constitui instrumento de prescrição pelo psicólogo.
Gosmann *et al.* (2023)	Comparar a incidência de eventos adversos e a tolerabilidade de antidepressivos ISRS e IRSN.	Revisão sistemática e metanálise em rede.	Tratamento de transtornos de ansiedade, obsessivo-compulsivo e relacionados ao estresse.	A publicação sintetiza evidências comparativas sobre eventos adversos e tolerabilidade de diferentes antidepressivos nesses contextos clínicos. Os resultados devem ser interpretados considerando os medicamentos e os transtornos incluídos na análise.	Reforça a importância de acolher e registrar os efeitos indesejáveis relatados pelos pacientes e de considerar essas informações no acompanhamento, sem concluir isoladamente que um sintoma foi causado por determinado medicamento.

Fonte: Elaborado pelos autores (2026), com base nos estudos citados.

No primeiro eixo, Fava, Tomba e Bech (2017) e Tomba, Guidi e Fava (2018) abordam a relação entre conhecimentos psicofarmacológicos e compreensão clínica dos processos psicológicos. Aston *et al*. (2021), por sua vez, investigaram a participação de psicólogos no acompanhamento de pacientes que utilizam medicamentos, por meio de questionários e

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

entrevistas no Reino Unido. Embora os trabalhos apresentem enfoques distintos, suas contribuições convergem quanto à importância de considerar a farmacoterapia na compreensão do caso clínico. Essa convergência, entretanto, não demonstra, por si só, que o conhecimento psicofarmacológico produza melhores resultados clínicos; sustenta, sobretudo, sua pertinência para a formação, a interpretação clínica e a colaboração profissional.

No segundo eixo, a literatura destaca a necessidade de interpretar cuidadosamente as mudanças observadas durante o acompanhamento psicológico. Alterações no sono, na motivação, no comportamento ou na experiência subjetiva não devem ser atribuídas automaticamente ao transtorno mental nem à medicação. A análise precisa considerar o contexto do paciente, a evolução do quadro e outros fatores psicossociais. Assim, o conhecimento psicofarmacológico pode auxiliar o psicólogo a formular hipóteses clínicas e identificar situações que mereçam investigação ou comunicação com outros profissionais, sem substituir a avaliação médica nem estabelecer causalidade farmacológica definitiva (Fava; Tomba; Bech, 2017; Tomba; Guidi; Fava, 2018).

O terceiro eixo diz respeito aos efeitos adversos e à tolerabilidade dos medicamentos. Pillinger *et al*. (2023) discutem efeitos adversos associados a antidepressivos e antipsicóticos, enquanto Gosmann *et al*. (2023) examinam eventos adversos e tolerabilidade de antidepressivos em condições clínicas específicas. Embora essas publicações abordem recortes distintos, ambas destacam a relevância dos efeitos indesejáveis na avaliação dos tratamentos medicamentosos. Para a prática psicológica, essa literatura reforça a importância de acolher os relatos do paciente e explorar possíveis repercussões emocionais e comportamentais. A observação clínica, contudo, não equivale à confirmação de que determinado sintoma foi causado pelo medicamento, nem autoriza o psicólogo a recomendar alterações farmacológicas (Pillinger et al., 2023; Gosmann *et al*., 2023).

O quarto eixo envolve a comunicação interdisciplinar. Aston *et al*. (2021) identificaram formas de participação dos psicólogos relacionadas à discussão das experiências percebidas com a medicação, à consideração da farmacoterapia na formulação clínica e à comunicação com profissionais prescritores. Essa contribuição permite discutir a importância do compartilhamento ético de informações pertinentes ao cuidado. Na prática, o psicólogo pode comunicar mudanças observadas, dificuldades relatadas e aspectos subjetivos relevantes, respeitando o sigilo profissional e as condições necessárias ao compartilhamento de informações. As decisões sobre indicação, dose, substituição ou suspensão de medicamentos devem permanecer com os profissionais habilitados para conduzir a farmacoterapia (Aston *et al*., 2021; Conselho Federal de Psicologia, 2005).

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

A comparação das publicações evidencia complementaridade entre abordagens conceituais sobre a formação e a atuação psicológica, investigações sobre a participação profissional e estudos centrados nos efeitos dos medicamentos. Entretanto, as diferenças entre objetivos, delineamentos e contextos das fontes limitam a possibilidade de tratar suas conclusões como evidências equivalentes. Além disso, os resultados de estudos desenvolvidos em outros países devem ser interpretados à luz das normas brasileiras, sem transpor diretamente para o Brasil atribuições profissionais admitidas em contextos regulatórios distintos. A síntese apresentada, portanto, sustenta a relevância do conhecimento psicofarmacológico como recurso complementar à prática clínica, mas não comprova, isoladamente, efeitos causais sobre a evolução dos pacientes (Tomba; Guidi; Fava, 2018; Aston *et al*., 2021).

Em síntese, as contribuições identificadas concentram-se na ampliação da compreensão clínica, na atenção às manifestações relatadas pelos pacientes e na comunicação interdisciplinar (Tomba; Guidi; Fava, 2018; Aston *et al*., 2021). A aplicação desse conhecimento requer formação compatível, avaliação cuidadosa das informações e respeito aos limites profissionais, considerando as responsabilidades específicas dos profissionais envolvidos no cuidado (Conselho Federal de Psicologia, 2005; Tomba; Guidi; Fava, 2018). Essas conclusões devem ser interpretadas à luz das limitações metodológicas desta revisão narrativa, especialmente a ausência de avaliação formal da qualidade metodológica de todas as publicações e a falta de registros completos das buscas, fatores que impedem assegurar a exaustividade do conjunto analisado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da literatura permitiu compreender que o conhecimento em psicofarmacologia constitui um recurso relevante para a qualificação da prática clínica do psicólogo, especialmente diante da frequente presença da farmacoterapia no acompanhamento de pessoas com sofrimento psíquico. A literatura evidencia que a compreensão dos efeitos terapêuticos e adversos dos psicofármacos pode contribuir para uma leitura clínica mais ampla das mudanças apresentadas pelo paciente, considerando a interação entre tratamento medicamentoso, funcionamento psicológico e processo psicoterapêutico (Fava; Tomba; Bech, 2017; Tomba; Guidi; Fava, 2018).

Os achados discutidos também indicam que a atuação do psicólogo diante da farmacoterapia deve ocorrer de maneira ética, interdisciplinar e compatível com os limites de sua competência profissional. A participação do psicólogo pode envolver a compreensão das repercussões percebidas pelo paciente, o acolhimento de dúvidas e dificuldades relacionadas

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

ao tratamento e a comunicação qualificada com os profissionais responsáveis pela farmacoterapia, sem que isso implique prescrição ou alteração de medicamentos (Aston *et al.*, 2021).

Conclui-se, portanto, que a inserção de conhecimentos básicos e cientificamente fundamentados em psicofarmacologia na formação e na prática clínica do psicólogo pode favorecer uma atuação mais integrada e qualificada. Entretanto, esse conhecimento deve ser compreendido como instrumento complementar à prática psicológica, e não como substituição da competência médica. O fortalecimento da formação psicofarmacológica, associado ao respeito aos limites éticos e profissionais e à colaboração interdisciplinar, pode contribuir para um cuidado mais abrangente e centrado nas necessidades do paciente.

Como limitação, destaca-se o caráter bibliográfico do estudo, que não permite estabelecer conclusões decorrentes de observação direta de pacientes ou de resultados clínicos próprios. Recomenda-se, portanto, o desenvolvimento de pesquisas futuras que investiguem empiricamente como psicólogos compreendem e utilizam conhecimentos psicofarmacológicos em diferentes contextos de atuação, bem como estudos sobre as necessidades de formação nessa área. Dessa maneira, a presente revisão contribui para a discussão sobre a importância de aproximar o conhecimento psicofarmacológico da prática clínica sem ultrapassar os limites éticos, técnicos e legais da Psicologia.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. Practice guidelines regarding psychologists' involvement in pharmacological issues. *American Psychologist*, Washington, DC, v. 66, n. 9, p. 835-849, 2011. DOI: 10.1037/a0025890. Disponível em: https://doi.org/10.1037/a0025890. Acesso em: 21 set. 2026.

ASTON, Amy; SMITH, Sharron; DE BOOS, Danielle; TICKLE, Anna. Do clinical psychologists have a role in clients' use of psychotropic medication? A mixed methods investigation exploring current forms of involvement. *Psychology and Psychotherapy: Theory, Research and Practice*, v. 94, supl. 2, p. 359-377, 2021. DOI: 10.1111/papt.12281. Disponível em: https://doi.org/10.1111/papt.12281. Acesso em: 13 set. 2026.

BRASIL. Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de Psicólogo. Brasília, DF: Presidência da República, 1962. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4119.htm. Acesso em: 12 set. 2026.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 1, de 11 de outubro de 2023. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2023. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2023-pdf/252621-rces001-23/file. Acesso em: 13 set. 2026.

BRUNTON, Laurence L.; KNOLLMANN, Björn C. (ed.). *Goodman & Gilman's: the pharmacological basis of therapeutics*. 14. ed. New York: McGraw Hill, 2023. ISBN 978-1-264-25807-9. Disponível em: https://www.mheducation.com/highered/mhp/product/goodman-gilman-s-pharmacological-basis-therapeutics-14th-edition.html. Acesso em: 12 set. 2026.

CAHAYA, Noor; KRISTINA, Susi Ari; WIDAYANTI, Anna Wahyuni; GREEN, James. Interventions to improve medication adherence in people with schizophrenia: a systematic review. *Patient Preference and Adherence*, v. 16, p. 2431-2449, 2022. DOI: 10.2147/PPA.S378951. Disponível em: https://doi.org/10.2147/PPA.S378951. Acesso em: 13 set. 2026.

CHMIELOWSKA, Marta; ZISMAN-ILANI, Yaara; SAUNDERS, Rob; PILLING, Stephen. Trends, challenges, and priorities for shared decision making in mental health: the first umbrella review. *International Journal of Social Psychiatry*, v. 69, n. 4, p. 823-840, 2023. DOI: 10.1177/00207640221140291. Disponível em: https://doi.org/10.1177/00207640221140291. Acesso em: 13 set. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Código de Ética Profissional do Psicólogo*. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2005. Resolução CFP nº 010/2005. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo_etica1.pdf. Acesso em: 12 set. 2026.

FAVA, Giovanni A.; TOMBA, Elena; BECH, Per. Clinical pharmacopsychology: conceptual foundations and emerging tasks. *Psychotherapy and Psychosomatics*, v. 86, n. 3, p. 134-140, 2017. DOI: 10.1159/000458458. Disponível em: https://doi.org/10.1159/000458458. Acesso em: 14 mar. 2026.

GARAKANI, Amir; MURROUGH, James W.; FREIRE, Rafael C.; THOM, Robyn P.; LARKIN, Kaitlyn; BUONO, Frank D.; IOSIFESCU, Dan V. Pharmacotherapy of anxiety disorders: current and emerging treatment options. *FOCUS*, v. 19, n. 2, p. 222-242, 2021. DOI: 10.1176/appi.focus.19203. Disponível em: https://doi.org/10.1176/appi.focus.19203. Acesso em: 13 set. 2026.

GOSMANN, Natan Pereira *et al*. Incidence of adverse events and comparative tolerability of selective serotonin reuptake inhibitors, and serotonin and norepinephrine reuptake inhibitors for the treatment of anxiety, obsessive-compulsive, and stress disorders: a systematic review and network meta-analysis. *Psychological Medicine*, v. 53, n. 9, p. 3783-3792, 2023. DOI: 10.1017/S0033291723001630. Disponível em: https://doi.org/10.1017/S0033291723001630. Acesso em: 12 set. 2026.

LEVENTHAL, Gerald; STAMM, Karen E.; WASHBURN, Jason J.; ROLSTON, Cindee; YOZWIAK, John A.; HAMP, Auntré; CASH, Elizabeth D.; WARD, Wendy L.; HONG, Barry A.; WILLIAMS, Amy M.; ROBINER, William N. Patterns of psychologists' interprofessional collaboration across clinical practice settings. *Journal of Clinical Psychology in Medical Settings*, v. 28, n. 4, p. 844-867, 2021. DOI: 10.1007/s10880-021-09802-3. Disponível em: https://doi.org/10.1007/s10880-021-09802-3. Acesso em: 14 mar. 2026.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

LIM, Christopher T.; CHANG, Alexander L.; MATHUR, Roopa. Collaborative psychopharmacology: a low-barrier approach to integrating mental health services. *Psychiatric Services*, v. 75, n. 4, p. 396, 2024. DOI: 10.1176/appi.ps.20230514. Disponível em: https://doi.org/10.1176/appi.ps.20230514. Acesso em: 14 mar. 2026.

PILLINGER, Toby *et al*. Antidepressant and antipsychotic side-effects and personalised prescribing: a systematic review and digital tool development. *The Lancet Psychiatry*, v. 10, n. 11, p. 860-876, 2023. DOI: 10.1016/S2215-0366(23)00262-6. Disponível em: https://doi.org/10.1016/S2215-0366(23)00262-6. Acesso em: 13 set. 2026.

ROBINSON, Emma. Psychopharmacology: from serendipitous discoveries to rationale design, but what next? *Brain and Neuroscience Advances*, v. 2, p. 1-11, 2018. DOI: 10.1177/2398212818812629. Disponível em: https://doi.org/10.1177/2398212818812629. Acesso em: 13 set. 2026.

SEMAHEGN, Agumasie; TORPEY, Kwasi; MANU, Adom; ASSEFA, Nega; TESFAYE, Gezahegn; ANKOMAH, Augustine. Psychotropic medication non-adherence and its associated factors among patients with major psychiatric disorders: a systematic review and meta-analysis. *Systematic Reviews*, v. 9, n. 1, art. 17, 2020. DOI: 10.1186/s13643-020-1274-3. Disponível em: https://doi.org/10.1186/s13643-020-1274-3. Acesso em: 12 mar. 2026.

SEPÚLVEDA-LIZCANO, Lizeth; ARENAS-VILLAMIZAR, Vivian Vanessa; JAIMES-DUARTE, Enna Beatriz; GARCÍA-PACHECO, Henry; SILVA PAREDES, Carlos; BERMÚDEZ, Valmore; RIVERA-PORRAS, Diego. Metabolic adverse effects of psychotropic drug therapy: a systematic review. *European Journal of Investigation in Health, Psychology and Education*, v. 13, n. 8, p. 1505-1520, 2023. DOI: 10.3390/ejihpe13080110. Disponível em: https://doi.org/10.3390/ejihpe13080110. Acesso em: 13 set. 2026.

STAHL, Stephen M. *Stahl's essential psychopharmacology: neuroscientific basis and practical applications*. 5. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2021. DOI: 10.1017/9781108975292. Disponível em: https://doi.org/10.1017/9781108975292. Acesso em: 12 set. 2026.

TOMBA, Elena; GUIDI, Jenny; FAVA, Giovanni A. What psychologists need to know about psychotropic medications. *Clinical Psychology & Psychotherapy*, v. 25, n. 2, p. 181-187, 2018. DOI: 10.1002/cpp.2154. Disponível em: https://doi.org/10.1002/cpp.2154. Acesso em: 13 set. 2026.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Mental Health Gap Action Programme (mhGAP) guideline for mental, neurological and substance use disorders*. 3. ed. Geneva: World Health Organization, 2023. ISBN 978-92-4-008427-8. Disponível em: https://www.who.int/publications/i/item/9789240084278. Acesso em: 13 set. 2026.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.